



FUNDO DE COMPENSAÇÃO
DO TRABALHO

PROPOSTA

PLANO de ATIVIDADES e ORÇAMENTO

Exercício de 2017

ENQUADRAMENTO

Os Fundos de Compensação do Trabalho, criados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto alterada pelo Decreto-Lei nº 210/2015, de 25 de setembro, têm como objetivo garantir aos trabalhadores, cujos contratos de trabalho tenham sido celebrados após o dia 1 de Outubro de 2013, o pagamento efetivo de pelo menos 50% do valor da compensação a que tenham direito por cessação do respetivo contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelos empregadores mediante entregas mensais, constituindo uma poupança a que estes se encontram vinculados destinada à cobertura de até 50% do valor da compensação a que tenham direito os trabalhadores abrangidos por este regime.

Os investimentos do FCT são orientados no sentido da preservação do valor nominal das entregas dos empregadores, conjugada com a maximização da relação entre a rendibilidade e o risco. O património do FCT pode ser representado por depósitos bancários, valores mobiliários, instrumentos representativos da dívida de curto prazo e outros ativos de natureza monetária.

A entidade gestora do FCT é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 18º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto.

CONSELHO DE GESTÃO

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros do Conselho são:

Instituição	Nome	Representação
Ministério das Finanças	Francisco Vieira (Eng.)	Efetivo
Emprego	Fernando Miguel Catarino José (Dr.)	Efetivo
	Rui Abreu (Dr.)	Suplente
Segurança Social	Sandra Martins (Dra.)	Efetivo
	Elisabete machado da Silva de Almeida (Dr.ª)	Suplente
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira (Dr.ª)	Efetivo
	Jorge Seabra (Dr.)	Suplente
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais (Dr.ª)	Efetivo
	Ana Filipa Ferreira (Dr.ª)	Suplente
Confederação do Turismo Portugues - CTP	Nuno Bernardo (Dr.)	Efetivo
	Pedro Petrucci de Freitas (Dr.)	Suplente
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa (Dr.)	Efetivo
	Gregório Rocha Novo (Dr.)	Suplente
CGTP-IN	Ana Isabel Lopes Pires	Efetivo
	Fernando Ambrosio	Efetivo
	Fernando Manuel Pires Marques (Dr.)	Suplente
	Tiago Cunha (Dr.)	Suplente
UGT	António Luís Ferreira Correia	Efetivo
	Sérgio Monte	Efetivo
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente
	Joaquim José Mendes Dias	Suplente

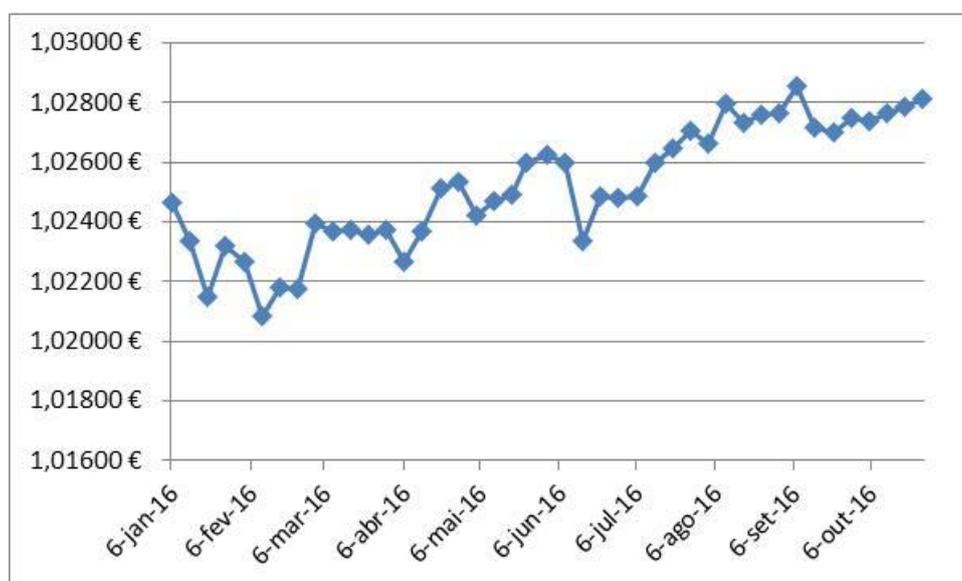
Nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 24º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, compete ao Presidente do Conselho de Gestão a elaboração do plano anual de actividades e do orçamento anual e submete-los a aprovação do Conselho de Gestão. A alínea b) do artigo 26º do mesmo diploma estipula, ainda, que o plano de actividades e o orçamento devem ser, posteriormente, objecto de parecer do Fiscal Único.

Dando cumprimento ao estipulado na lei, submete-se ao Conselho de Gestão o Plano de Atividades e o Orçamento do FCT para o ano de 2017.

EVOLUÇÃO EM 2016

Em 30 de Setembro de 2016, o Fundo de Compensação do Trabalho recebia contribuições de 165407 entidades empregadoras, correspondentes a 1043873 contratos de trabalho, e o montante sob gestão ascendia a 92507082 euros.

O valor da unidade de participação (U.P.), como se pode verificar no gráfico abaixo, teve um comportamento muito diferente no primeiro e segundo semestres do ano. Até ao final de junho o valor da U.P. flutuou em redor do valor de 1.024 euros, com um mínimo de 1.02086 euros (em 10 de março) e um máximo de 1.02625 euros (em 1 de junho). No segundo semestre o valor da U.P. tem crescido lentamente, mas de forma sustentada, atingindo o valor de 1.02811 no final de outubro, o que significa uma rentabilidade anual homóloga de 0.23%.



Durante os primeiros 9 meses de 2016 iniciaram-se 771594 contratos, dos quais 163072 tinham uma duração igual ou inferior a 60 dias. No mesmo período foram pedidos reembolsos correspondentes a 358701 contratos.

O montante total da dívida ao FCT ascende, em final de setembro, a 5965060 euros o que representa 5.2% do total dos recebimentos desde 2013 (116 130 565 euros). Aquele valor decompõe-se em 3120099 euros de dívidas de anos anteriores e 2844961 euros de dívidas de 2016; valores que correspondem a percentagens de 4.7% para anos anteriores e 5.8% para dívidas de 2016.

ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2017

A actividade do FCT tem sido condicionada, desde a sua criação, pelo estágio de desenvolvimento dos sistemas de informação.

O sistema de informação encontra-se, ainda, numa fase de desenvolvimento e optimização, prevendo-se que no decurso do ano de 2016 se iniciem as cobranças coercivas de dívidas, tarefa a cargo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. A operacionalização deste sistema permitirá a recuperação de créditos quer por via voluntária quer coerciva.

O objectivo central da entidade gestora é maximizar a rentabilidade do FCT cujo *benchmark*, nos termos da política de investimentos aprovada, é constituída pela EONIA e por dívida alemã com maturidade inferior a 3 anos, cujas taxas tem sido maioritariamente negativas desde 2015.

O Decreto-Lei nº 210/2015, de 20 de Setembro, veio reforçar as obrigações de reporte a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) pelo que se prevê, em articulação com o FGCT, a formalização de uma parceria com a ACT, de modo a possibilitar a esta entidade o exercício da actividade fiscalizadora no âmbito dos Fundos.

Em 1 de Outubro de 2016 completaram-se 3 anos sobre a entrada em funcionamento do FCT não tendo ocorrido a avaliação da sua implementação, prevista no artigo 60º da Lei nº 70/2013. Não compete ao Conselho de Gestão do FCT proceder a essa avaliação, contudo deverá realizar uma reflexão sobre a situação global do Fundo, em particular no que se refere às lacunas operacionais ainda existentes.

Por último, dever-se-á proceder a uma reavaliação do regulamento interno do Conselho de Gestão não só porque tal está previsto como por terem sido detectados alguns pontos susceptíveis de melhoria.

ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO

Para enquadrar a actividade do FCT utilizaram-se as previsões macroeconómicas, para 2017, subjacentes à Proposta de Orçamento de Estado:

- Crescimento do PIB: 1.5%.
- Este ritmo de crescimento permite uma redução da taxa de desemprego para 10.3%.
- Variação do índice de preços no consumidor: 1.5%

Será, assim, expectável um aumento nos montantes das entregas ao FCT.

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2017

1. O orçamento para 2017, bem como as peças contabilísticas previsionais, devem assentar numa estimativa para os valores finais de 2016. Na elaboração do Balanço e Demonstração de Resultados para 2016 assumiu-se que:

- a. O valor da carteira em 31 de Dezembro de 2016 será igual ao valor da carteira em 30 de Setembro:
 - i. Acrescido das entradas líquidas (recebimentos menos reembolsos) previstas até ao fim do ano, admitindo que durante o quarto trimestre terão um crescimento em linha com o verificado ao longo do ano.
 - ii. Acrescido dos rendimentos (juros de depósitos, juros de dívida pública e dividendos) previstos para a actual composição da carteira.
 - iii. Dimuído pelos custos de gestão dos fundos (comissão de custódia e liquidação de operações) e custo fiscal único previstos para o 4^a trimestre.
 - iv. Transferência de 600 000 euros do FGCT.

Daqui resulta que se estima em 108 milhões de euros o valor da carteira em 31 de dezembro de 2016.

- b. A composição da carteira em 31 de Dezembro de 2016 é idêntica à da carteira em 30 de setembro, que se apresenta no quadro seguinte:

Carteira em 30 de Setembro 2016		
Dívida Pública	51.053.446,99 €	55,19%
Ações	1.053.548,54 €	1,14%
Liquidez	40.400.087,28 €	43,67%
	92.507.082,81 €	100,00%

2. Com base na previsão para a evolução no quarto trimestre de 2016, descrita no ponto anterior, estima-se os seguintes recebimentos e pagamentos para o conjunto do ano:

Recebimentos	
Devido	68.394.000 €
Juros de Mora	171.600 €
	68.565.600 €
Pagamentos	
Reembolsos	15.274.000 €
Devoluções	240.000 €
	15.514.000 €
Entrada Líquida	53.051.600 €

3. Na elaboração da demonstração de resultados para o exercício de 2016 incluiu-se o valor de 612 147 euros referente ao pagamento das despesas de cobrança (referências multibanco). Deste valor 277 196 euros são referentes ao ano de 2016 e o restante a anos anteriores.
4. Na elaboração do orçamento para 2017 assumiu-se que:
 - a. **Recebimentos (incluindo juros de mora):** crescerão 20% relativamente ao valor de 2016, ascendendo a 82 278 720 euros ($1.20 \times 68\,565\,600$)
 - b. **Reembolsos:** em 2016 os reembolsos e devoluções representavam 23% dos recebimentos. Admite-se que passam a representar 25% dos recebimentos, ascendendo a 20 569 680 euros ($0.25 \times 82\,278\,720$).
 - c. **Recebimento do FGCT:** 2 900 000 euros.
 - d. **Recebimentos líquidos de reembolsos e devoluções:** 61.7 milhões (82.3 – 20.6) euros. A carteira no final do ano atingirá cerca de 173 milhões de euros ($108 + 61.7 + 2.9$)
 - e. **Rentabilidade da carteira:** a generalidade das previsões para o ano de 2017 consideram que não se verificarão subidas substanciais nas taxas de juro e, conseqüentemente, na rentabilidade dos investimentos em dívida pública. Neste contexto admite-se uma rentabilidade de 0.5% para a carteira. Aplicando esta taxa ao valor da carteira média teremos o valor de 692500 euros para os rendimentos de 2017. A carteira média é o valor médio entre a carteira no final de 2016 (108 milhões de euros) e no final de 2017 (173 milhões).
 - f. **Composição da carteira:** admite-se a composição de 30 de setembro de 2016, descrita na alínea b) do ponto 2, acima.
 - g. **Montante da dívida:** o montante em dívida no final de 2017 será a soma do montante no final de 2016 e do montante de nova dívida; considera-se que a nova dívida representará 5.80%, percentagem verificada em 2016, dos recebimentos de 2017.
 - h. **Entregas ao FGCT:** as eventuais entregas ao FGCT para pagamento de indemnizações são equivalentes a um reembolso pelo que não são autonomizadas.
 - i. **Custo de gestão:** considerou-se o valor de 0.02% que é o custo médio dos fundos geridos pelo IGFCSS.
 - j. **Custos com referências multibanco:** Em 2016 o número de referências pagas cresceu 29% e nos termos do novo contrato o custo de cada referência

ascende a 39 cêntimos, valor superior ao do anterior contrato (35 cêntimos).

Admite-se para 2017 um valor de 342 500 euros.

- k. **Os montantes recebidos por incumprimento de entrega** (50 cêntimos se não for cumprida a obrigação de pagamento até ao dia 8 do mês seguinte, de acordo com o artigo 12º do regulamento de gestão) serão, nos termos da alteração introduzida no regulamento de gestão, receita do FCT. Estima-se um valor de 251 753 euros.
- l. Não foi considerada a eventual transferência para o FCT de 50% dos saldos excedentários do FGCT, prevista na alínea b) do número 1 do artigo 45º da Lei nº 70/2013, de 30 de agostos, por não haver informação o que dificulta a sua estimação.

PEÇAS CONTABILISTICAS PREVISIONAIS

Em anexo apresenta-se a demonstração de resultados e o balanço previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento colectivo). Para efeitos de comparação inclui-se uma estimativa para 2017.

Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas. Quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro. Na estimativa de proveitos e dos custos fez-se uma repartição próxima da que se estima para 2017.

Ativo				Capital e Passivo			
Código	Designação	2017	2016	Código	Designação	2017	2016
	CARTEIRA DE TÍTULOS				CAPITAL		
21	OBRIGAÇÕES	95.478.700,00	59.230.992,83	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	178.010.407,29	112.731.807,29
22	AÇÕES	1.972.200,00	1.229.994,92	62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL			64	RESULTADOS TRANSITADOS	552.034,75	325.665,64
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO			65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS						
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA			66	Resultado Líquido do Exercício	3.476.096,00	226.369,11
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	97.450.900,00	60.460.987,75		TOTAL DO CAPITAL OIC	182.038.538,04	113.283.842,04
	OUTROS ATIVOS						
31	OUTROS ATIVOS				PROVISÕES ACUMULADAS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	481	Provisões para Encargos		
					TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0,00	0,00
	TERCEIROS				TERCEIROS		
411+...+419	Contas de Devedores	8.859.843,47	5.281.243,47	421	Resgates a Pagar aos Participantes		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	8.859.843,47	5.281.243,47	422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	DISPONIBILIDADES			423	Comissões a Pagar		100,73
11	CAIXA			424+...+429	Outras Contas de Credores	363.805,43	777.767,40
12	DEPÓSITOS À ORDEM	36.664.914,03	22.904.799,85	43+12	Empréstimos obtidos		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	39.426.685,97	25.000.000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	363.805,43	777.868,13
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO						
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS				ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	76.091.600,00	47.904.799,85	55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS		414.327,99	58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO			59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		118,45		TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS		232,66				
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	0,00	414.679,10				
					TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	182.402.343,47	114.061.710,17
	TOTAL DO ATIVO	182.402.343,47	114.061.710,17				

Custos e Perdas		Período		Proveitos e Ganhos		Período	
Código	Designação	2017	2016	Código	Designação	2017	2016
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E GANHOS EQUIPARADOS		
711+718	De Operações Correntes	0,00	0,00	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	580816,15	705.831,10
719	De Operações Extrapatrimoniais	0,00	0,00	811+814+817+818	Outros, de Operações Correntes	45730,05	55.572,99
	COMISSÕES E TAXAS			819	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3571,23	2.254,86		RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	10682,77	6.745,04	822+...824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	58453,80	71.035,41
729	De Operações Extrapatrimoniais		0,00	829	De operações extrapatrimoniais	0,00	0,00
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	0,00	677.157,02	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	0,00	113.219,27
731+738	Outras, de Operações Correntes	0,00	6.937,26	831+838	Outros, em Operações Correntes	0,00	12.290,32
739	Em Operações Extrapatrimoniais		6.054,29	839	Em Operações Extrapatrimoniais	0,00	2.061,02
	IMPOSTOS				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento	7500,00	4.993,88	851	Provisões para encargos	0,00	0,00
7412+7422	Impostos Indiretos	0,00	6,12				
7418+7428	Outros Impostos			86	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	251753,00	0,00
	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para Encargos	0,00	0,00				
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	338903,00	629.492,53				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	360.657,00	1.333.641,00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	936.753,00	960.010,11
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários	2.900.000,00	600.000,00
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	2.900.000,00	600.000,00
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	3.476.096,00	226.369,11	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		0,00
	TOTAL	3.836.753,00	1.560.010,11		TOTAL	3.836.753,00	1.560.010,11
(8 x 2/3/4/5)-(7 x 2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos			D-C	Resultados Eventuais		
8 x 9 - 7 x 9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais			B + D - A - C + 74	Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento		
B - A	Resultados Correntes	576.096,00	-373.630,89	B + D - A - C - 63	Resultado Líquido do Período	3.476.096,00	226.369,11

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31-12-2017

Discriminação dos Fluxos	2017	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		
RECEBIMENTOS:		
Subscrição de unidades de participação	82.300.000,00	
Transferência FGCT	2.900.000,00	85.200.000,00
PAGAMENTOS:		
Resgates de unidades de participação	20.600.000,00	
Rendimentos pagos aos participantes		
...		20.600.000,00
Fluxo das operações sobre as unidades de participação		64.600.000,00
OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:		
Venda de títulos e outros ativos		
Reembolso de títulos e outros ativos		
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos	58.453,80	
Juros e proveitos similares recebidos	45.730,05	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		104.183,85
PAGAMENTOS:		
Compra de títulos e outros ativos	36.947.412,25	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		
Juros e custos similares pagos		
Vendas de títulos com acordo de recompra		
Comissões de bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões		
...		
Outros pagamentos relacionados com a carteira		36.947.412,25
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-36.843.228,40
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Juros e proveitos similares recebidos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
Outras comissões		
...		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		
PAGAMENTOS:		
Juros e proveitos similares pagos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
...		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		0,00
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31-12-2017

Discriminação dos Fluxos	2017	
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	580.816,15	
Juros de certificados de depósito		
Comissões em operações de empréstimos de títulos		
Outros	251.753,00	
Outros recebimentos correntes		832.569,15
PAGAMENTOS:		
Comissão de gestão		
Comissão de depósito	14.254,00	
Comissão de garantia		
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	7.500,00	
...		
Outros pagamentos correntes	380.786,60	402.540,60
Fluxo das operações de gestão corrente		430.028,55
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
...		
Outros recebimentos de operações eventuais		0,00
PAGAMENTOS:		
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
...		
Outros pagamentos de operações eventuais		0,00
Fluxo das operações eventuais		0,00
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		28.186.800,15
Ajustamentos cambiais		
Disponibilidades no início do período... (B)		47.904.799,85
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		76.091.600,00

PARECER DO FISCAL ÚNICO

FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO / 2017

Parecer do Fiscal Único

Sobre os Instrumentos de

Gestão Previsional

INTRODUÇÃO

1. De acordo com a alínea b) do artº 26º da Lei nº 70/2013 de 30 de Agosto, publicada no Diário da República nº 167 – 1ª série, vimos apresentar o nosso parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão para o exercício de 2017, do Fundo de Compensação do Trabalho, constituídos pelo PAO – Plano de Atividades e Orçamento, Balanço Previsional referido a 31 de Dezembro de 2017 (que apresenta um Ativo Líquido de euros 182.402.343,47 e um Resultado Líquido de euros 3.476.096), a Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa previsionais, todas referidas àquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos está ou não isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a observância das previsões macroeconómicas para 2017 subjacentes à Proposta de Orçamento de Estado;
 - os pressupostos utilizados para a elaboração do Orçamento do Fundo de Compensação do Trabalho para 2017;
 - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.
5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

PARECER

6. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pelo Fundo de Compensação do Trabalho.
7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão eventualmente ser materialmente relevantes.

Lisboa, 30 de Dezembro de 2016

António Maria Velez Belém

“ANTÓNIO MARIA VELEZ BELÉM, SROC – UNIPessoAL, LDA.”
Representada por António Maria Velez Belém – ROC nº 768